

SENHORA PREGOEIRA do Município de Corguinho/MS
Celia Gomes Farias

CONTRARRAZÕES

Pregão Presencial nº 013/2024

Processo nº 091/2024

S.H INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.048.539/0001-05 com sede na Rodovia BR 163, KM 267, 9, s/n, fundos, na cidade de Dourados/MS, CEP 79.804-970, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, solicitar providências sobre o assunto em epígrafe, como segue:

I - DA TEMPESTIVIDADE

O edital dispõe:

16.2 – Admitido o Recurso, o Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, concedendo o prazo de **03 (três) dias corridos contados da intimação para a apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para em igual número de dias apresentarem contrarrazões, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, com a finalidade de subsidiar a preparação dos instrumentos recursais. (grifo nosso).**

Por força do art. 183 os prazos previstos na Lei nº 14.133/2021 **serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento** e observarão as seguintes disposições:

- I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.**

§ 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

- I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- II - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica. (grifo nosso).

Assim sendo, **TEMPESTIVO** se mostra a apresentação das CONTRARRAZÕES na presente data.

II – DO CERTAME e AS ALEGAÇÕES RECURSAIS

Trata-se do Pregão Presencial nº 13/2024 Processo nº 091/2024 objetivando o “Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada para implementação, intermediação e administração de sistema de controle de abastecimento de combustíveis e lubrificantes, bem como serviços de manutenções corretivas e preventivas, através de software de gerenciamento via web (internet), por meio de cartão magnético e sistema eletrônico, com o fornecimento de peças, pneus, componentes e acessórios, transporte em suspenso por guincho, para atender a frota de veículos e maquinários pertencentes a esta prefeitura municipal devidamente relacionados, e os que porventura possam ser adquiridos, de acordo com as características mínimas estabelecidas no Termo de Referência”

Ao final da classificação da rodada de lances, a empresa CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA restou mais bem classificada ao Lote 1 com taxa de -6,80% e para o Lote 2 com taxa de -25%, outrossim foi declarada **inabilitada** por apresentar os atestados sem autenticação conforme exigido no item 3.7 do edital bem como não apresentação da declaração exigida no item 6.2.3, a.5 do edital.

Em suas razões recursais, a empresa CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA requereu procedência de seu recurso, declarando-a como habilitada alegando que houve excesso de formalismo por parte do órgão.

III – DAS CONTRARRAZÕES

Incorre a Recorrente CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA em discurso meramente protelatório, devendo ser indeferido de plano, pois um dos aspectos essenciais ao seu cabimento, é a necessidade de que o recurso especifique os fundamentos da decisão recorrida.

Há total falta de fundamentação adequada não tendo sido apresentado nenhum argumento sólido e juridicamente embasado para contestar a decisão que o declarou inabilitado, eis que nitidamente descumpriu os requisitos estipulados em edital. Comprovaremos através do presente requerimento que não há sustentação nem sequer embasamento para seu acolhimento.

Em explicito descumprimento ao edital, deixou o Recorrente de cumprir o seguinte item:

3.7. Toda documentação exigida para o certame deverá ser apresentada em cópia legível, devidamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, e/ou documento disponível na internet, no site oficial do órgão emissor, ou certidão virtual emitida pela Junta Comercial do inteiro teor do documento, sendo que somente serão considerados válidos aqueles que estejam em plena validade. (grifo nosso).

Devemos considerar ainda, que houve momento oportuno para impugnação, caso o Recorrente discordasse do edital, e mesmo assim transcorreu prazo sem que o fizesse, não podendo agora, em momento totalmente inoportuno, discordar de cláusulas lá avençadas.

Edital assim dispõe:

4.1.1 Qualquer pessoa, física (PF) ou jurídica (PJ), é parte legítima para impugnar este Edital, devendo protocolizar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, apontando de forma clara e objetiva, as eventuais falhas e/ou irregularidades que entenderem viciar o instrumento convocatório, promovendo petições devidamente instruídas e formalizadas.

Sabemos que o processo licitatório é um procedimento extremamente sério, dotado de legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica e há fases para cada situação, resta nítido que **decaiu esse momento de impugnar o instrumento de convocação, tendo o Recorrente participado e concordado com todas as disposições ali contidas, mesmo assim deixou de fazê-lo.**

Edital continua cristalino ao mencionar:

4.4. Decairá do direito de impugnar ou questionar os termos do Edital e seus anexos, aquele que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar na data da sessão pública de abertura da presente licitação ou a posteriori, falhas e/ou irregularidades não registradas anteriormente, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso e dada por intempestiva.

Claramente o Recurso apresentado é protelatório, haja vista única e exclusiva insatisfação do Recorrente em ter sido declarado inabilitado, frisa-se, ato extremamente correto do Agente de Contratação, por total descumprimento do edital pelo Recorrente.

Na legislação brasileira, o recurso protelatório é aquele utilizado com o intuito de atrasar o trâmite do processo judicial, sem apresentar fundamentos sólidos ou relevantes para a revisão da decisão. Essa prática é considerada abusiva e contrária aos princípios de efetividade e celeridade processual. O Código de Processo Civil reputa esse tipo de situação, podendo inclusive a parte que praticou tal ato, ser apenado com multa por utilizar recursos protelatórios.

Devemos frisar que também houve ausência de apresentação de documento por parte do Recorrente!

Descumprimento do item 6.2.3 (Qualificação Econômico-Financeira) letra “a.5) *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*”

A empresa incorreu inclusive em Declarações falsas, ao afirmar, conforme documentos abaixo, que cumpria os requisitos do edital, mesmo assim deixou de comprovar que atendia os requisitos estipulados no instrumento convocatório, vejamos:

Declaração de habilitação prévia:

 **CAF CARD** CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A Empresa a **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ / MF N° 51.740.226/0001-60, sediada na R. Professor João de Lima Paes, 1585, Centro, CEP 79750-000, Nova Andradina-MS, telefone 3441-5003, e-mail comercial.cafgestao@gmail.com, neste ato representada por seu sócio/gerente, o por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. Cleiton Augusto Ferreira, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 1130027, do CPF nº 978.349.121-00, no uso de suas atribuições legais, **declara, sob as penas da Lei que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos** no Edital de Pregão Presencial nº. 013/2024.

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo o presente.

Nova Andradina-MS, 07 de outubro de 2024.



Cleiton Augusto Ferreira
SÓCIO ADMINISTRADOR
RG: 1130027 CPF: 978.349.121-00
CAF GESTAO EMPRESARIAL LTDA

Declaração de que conhece e aceita o teor do edital:


ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE E ACEITA O TEOR DO EDITAL E DOS SEUS ANEXOS

A empresa **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº 51.740.226/0001-60, sediada à rua Prof. João de Lima Paes, 1585, Centro, Nova Andradina-MS, por intermédio de seu representante legal o(a) Srº Sr. Cleiton Augusto Ferreira, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 1130027, do CPF nº 978.349.121-00, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, em atendimento às regras estabelecidas para o presente certame, que:

(1) Conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, ressaltando-se o direito recursal, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação.

(2) Se compromete, formalmente, para satisfazer a execução do objeto licitado, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, assim como, disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória, a fim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

Nova Andradina-MS, 07 de outubro de 2024.



CLEITON AUGUSTO FERREIRA
SÓCIO-PROPRIETÁRIO
CPF 978.349.121-00

Edital impôs as condições de participação, tendo deixado claro que quem o descumprisse, seria desclassificado / inabilitado:

5.5 – A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sob pena de desclassificação pelo (a) Pregoeiro (a) oficial da licitação. (grifo nosso).

O item 6.2 do edital é extremamente claro “*Para se habilitarem na presente licitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, **sob pena de inabilitação***”

Claramente o Recorrente em total desídia ao edital, deixou de cumpri-lo, em total negligência e displicência.

Com fundamento no Art. 67 da Lei Federal 14.133/2021, a exigência o atestado funciona como um “selo de aprovação” que confirma que a empresa possui a expertise necessária para atender aos requisitos técnicos da licitação.

Por isso a devida importância no cumprimento desse documento, eis que, assevera que o Licitante está apto a fornecer serviços de qualidade com execução de excelência em objeto compatível/semelhante, inclusive relativo a quantidades, ao que está sendo licitado oportunamente.

O descaso pela Recorrente no cumprimento do edital é tão disparado que quando da apresentação dos atestados de capacidade técnica, tais documentos foram em total desconformidade com edital:

O atestado apresentado pela Recorrente não atende as necessidades do edital, vejamos:

6.2.4. – Qualificação técnica

6.2.4.1 Certidões ou Atestado de capacidade Técnica que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota, para abastecimento de veículos, **com fornecimento de combustíveis e manutenção com substituição de peças e pneus, em frotas de veículos contendo pelo menos 10 veículos ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.**

- a) Poderá ser admitida a apresentação de atestados de qualificação técnica, cuja soma de veículos, totalize o mínimo exigido no item anterior.
- b) **A apresentação de atestado (s) de qualificação técnica visa atender o interesse público, na medida em que o futuro contratado deterá aptidão suficiente para bem desempenhar o objeto colimado, assegurando que todos os compromissos se cumprirão**, principalmente, os relacionados a encargos tributários e trabalhistas, evitando que qualquer ônus proveniente da má gestão da empresa seja repassado ao Município de Corguinho/MS. (grifo nosso).



DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DECLARAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa CAF GESTAO EMPRESARIAL LTDA, com sede na rua Professor João de Lima Paes, Nº 1585, bairro Centro, CEP 79750-000, na cidade de Nova Andradina, Estado Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.740.226/0001-60, possui contrato em vigência com a SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Severinia - SP, CNPJ nº 01.819.471/0001-99, sediada na rua PÇ Antônio Augusto Almodóvar Fortes, S/N, Centro, CEP 14.735-000, em Severinia – SP, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Gerenciamento de Frotas Abastecimento de Veículos por Meio de Sistema Informatizado e Cartão Eletrônico, e que até o momento não há fatos que desabonem sua conduta, cumprindo com as obrigações contratuais.

Informamos ainda que o Contrato nº 015/2024, com assinatura na data 07 de junho de 2024 e vigência de 12 (doze) meses.

Nova Andradina, 11 de julho de 2024.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa CAE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, com sede na rua Professor João de Lima Paes, nº 1585, bairro Centro, CEP 79750-000, em Nova Andradina, Estado Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.740.726/0001-00, possui contrato em vigência com a SHARK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 46.024.687/0001-31, situada na rua Johan Gull nº 1060, bairro Quomar Soares, CEP 79.750-000, em Nova Andradina - MS. cujo objeto é a Prestação de Serviços de Gerenciamento de Frotas por meio de gerenciamento de sistema informatizado. Atestamos ainda que não há fatos supervenientes que desabonem sua capacidade técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que continue com sua obrigação com presteza, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos e serviços realizados até a presente data.

Objeto Contratado:

Objeto Contrato	Período de Prestação do Serviço	Valor do Contrato
Prestação de serviços de gerenciamento de Frotas por meio de sistema informatizado, incluindo serviços de manutenção, fornecimento de peças e acessórios, atendimento, monitoramento e telemetria e demais serviços necessários a completa gestão de frotas.	10/08/2021 até 10/08/2024	R\$ 70.000,00

Nova Andradina, 20 de agosto de 2024

Documento que não consegue identificar valores, nem mesmo frota atendida.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa TRANSPILOTO CARGAS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 32.770.900/0001-04, sediada na rua Redentor, nº 1746, Centro, CEP 79.750-000, em Nova Andradina – MS, ATESTA para os devidos fins de direito, que a empresa CAF GESTAO EMPRESARIAL LTDA, com sede na rua Professor João de Lima Paes, Nº 1585, bairro Centro, CEP 79750-000, na cidade de Nova Andradina, Estado Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 53.740.226/0001-60, possui contrato em vigência conosco, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Gerenciamento de Frotas por meio de fornecimento de sistema informatizado.

Atestamos ainda que não há fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação com prestadora, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos e serviços realizadas até a presente data.

Dados do Contrato:

Objeto Contrato	Período de Prestação do Serviço	Valor do Contrato
Prestação de serviços de gerenciamento de Frotas por meio de sistema informatizado, incluindo serviços de manutenção, fornecimento de peças e acessórios, abastecimento, monitoramento e telemetria e demais serviços necessários a completa gestão de frotas.	15/08/2023 A 15/08/2024	R\$ 850.000,00

Nova Andradina, 20 de Agosto de 2024.

Documentos ilegíveis, de difícil compreensão, mas que claramente, não atendem os requisitos estipulados em edital, não mencionam a frota atendida além de deter vigências recentes e dubitáveis.

Essa questão de atestado de capacidade técnica é tão séria, pois trata da capacidade de atendimento da empresa licitante, que o Art. 67 da Lei 14.133/2021 trouxe apresentação da seguinte questão:

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos. (grifo nosso).

Justamente o que ocorre no presente caso, pois trata-se de serviços contínuos.

Uma outra questão que traz extrema incerteza e estranhamento é sobre o porte de enquadramento da empresa Recorrida, a qual assinou declaração de enquadramento como ME, além de que seu Balanço Patrimonial apresentado consta pouco mais de receita bruta anual de R\$ 200.000,00 e ofertando lances num **pregão eletrônico estimado inicialmente em mais de R\$ 4.000.000,00!!**

É necessário que o Licitante tenha experiência e fôlego financeiro para cumprir a contento a proposta apresentada, o que claramente não será cumprido pela Recorrente.

Asseveramos que a empresa S.H INFORMÁTICA detêm de ampla rede credenciada, é idônea e sempre cumpre integralmente com os contratos firmados e detêm de consolidação e estabilidade em praticamente 20 (vinte) anos nesse ramo de mercado.

A vantajosidade do processo licitatório é caracterizada como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.

Resta evidente que está caracterizado o interesse público envolvido sendo de extrema necessidade a conclusão da presente contratação, justamente considerando o caráter continuado e imprescindível do objeto, não podendo tais serviços sofrer interrupção.

Devemos recapitular ser evidentes a importância e a responsabilidade atribuídas ao processo licitatório. E tal incumbência deve ser de fato levada a sério. O Agente de Contratação através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, assim como os licitantes, devem estar atentos a atender expressamente as exigências do edital.

O edital é o que rege a licitação, pois é ele que traz segurança tanto para o licitante e como o interesse público, haja vista que é ele que estabelece previamente as fases e procedimentos a serem seguidos em todas as fases da licitação.

O entendimento de Lucas Rocha Furtado:

“é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se

acha estritamente vinculada”. (Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)”

Inclusive, o próprio TRF1 também se posicionou em relação à obrigatoriedade de vinculação ao instrumento convocatório, vejamos:

O TRF1, na decisão (AC 200232000009391), registrou: Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)”(Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420). A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia.

Sabemos que a obrigação de licitar decorre da Constituição Federal, cujo artigo art. 37, XXI:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, **serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifo nosso).

Por todo exposto, verifica-se que o edital é a regra e deve ser cumprido!

Processo licitatório não é desordem e confusão, pelo contrário, edital estipulou as regras e ao participar da licitação, expressamente os licitantes manifestam que concordam com as exigências, bastando aos envolvidos, seu cumprimento.

Verifica-se assertiva a decisão da Pregoeira em declarar como **inabilitada a empresa CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, devendo manter como vencedor, a empresa **S.H INFORMÁTICA LTDA**.

IV - DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer:

1. Seja **NEGADO RECURSO** interposto pela empresa **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, mantendo a empresa **S.H INFORMÁTICA LTDA** como vencedora do pregão.

Atenciosamente,

Dourados/MS, 16 de outubro de 2024.

S.H INFORMÁTICA LTDA

GLEYDSON PINTO MACHADO – Procurador CPF: 501.347.601-15

06.048.539/0001-05

S.H. Informática LTDA

Rodovia Br 163 Km 267,9 - Fundos

Zona Rural - CEP: 79804-970

Dourados

M.S.